



^a Universidade do Porto, Programa Doutoral em Planeamento do Território, Centro de Investigação do Território, Transporte e Ambiente - CITTA, Porto, Portugal. E-mail: up202110935@edu.fe.up.pt

^b Universidade do Porto, Centro de Investigação do Território, Transporte e Ambiente - CITTA, Porto, Portugal. E-mail: vitorm@fe.up.pt

RESUMO

Page | 426

A complexidade da parcela assenta fundamentalmente na ambiguidade do que a sua entidade física pode representar em conjunto com outros campos disciplinares. Ao mesmo tempo que compreende um elemento do plano físico da cidade, é considerada uma unidade de uso do solo correspondente a diferentes oportunidades económicas, sociais, ambientais e legais. Estas características são estritamente distintas em função dos panoramas institucionais de regulação do uso e controle do solo e dos aspectos históricos e culturais de cada cidade e/ou país. A parcela cumpre um papel de organização territorial que influencia, ao longo do tempo, diferentes dimensões consoante os seus limites físicos. É crucial que esta questão esteja em debate para a prática de planeamento, especialmente porque a parcela é uma ferramenta que designa o uso do solo e pode influenciar, direta ou indiretamente, os processos urbanos a partir do seu desenho, com a capacidade de suportar diferentes estratégias de atuação. Como reconfigurar os seus limites físicos para atender novas formas urbanas, institucionalizar os parâmetros urbanísticos em detrimento de interesses específicos de (re)desenvolvimento, ou apenas manter o seu caráter de persistência? Este trabalho tem como objetivo estudar os diferentes atributos da parcela e o seu impacto mediante os processos de reconfiguração do espaço. Seis atributos das parcelas foram identificados na literatura atual: a funcionalidade, a persistência, a transformação, o controle, a diferenciação e a localização. Pretende-se com este trabalho ampliar a compreensão sobre os possíveis impactos e influências que o sistema de parcelas representa, diante dos seus diferentes atributos, para o futuro do planeamento baseado na sustentabilidade e equidade das cidades.

Palavras-chave: *parcelas, morfologia urbana, atributos da parcela.*

REFERÊNCIAS

Conzen, M.R.G. (1960) Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. London: Institute of British Geographers.

Ersland, G. A. (2009) 'Plot longevity and urban land tenure: a Norwegian case study', Urban Morphology, 14(1), 21-29.

Lin, C. L., Chan, E. H., & Chiang, W. H. (2022) 'Urban renewal governance and manipulation of plot ratios: A comparison between Taipei, Hong Kong and, Singapore', Land Use Policy, 119, 106158.

EQUIPAMENTOS SOCIAIS E RECREATIVOS NOS PROJETOS SAAL

Alexandra Saraiva^a, Patrícia Bento d'Almeida^b, Teresa Marat-Mendes^c



^a ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia' CET-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail: alexandra.saraiva@iscte-iul.pt

^b ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia' CET-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail: patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt

^c ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Arquitectura e Urbanismo, Dinâmia' CET-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail: eresamaratmendes@iscte-iul.pt

RESUMO

Esta apresentação centra a sua análise no estudo dos equipamentos planeados e construídos para os Bairros SAAL. Interessa perceber qual o seu papel na evolução do próprio bairro, por parte dos seus moradores, bem como na articulação do bairro com o território envolvente.

O *Colóquio sobre Política de Habitação*, que ocorreu no LNEC entre 30 de junho e 5 de julho de 1969, alertou para as concretas potencialidades da habitação e do urbanismo evolutivos, enquanto alternativa aos modelos correntemente praticados nos bairros de blocos habitacionais de iniciativa pública. O principal objetivo era “estabelecer um conjunto de medidas” e tentar delinear uma “estratégia integrada para a resolução dos problemas” (Bandeirinha, 2011: 70).

Assim, surge neste congresso a ideia de habitação integrada, como “um conjunto de bens e de equipamentos que ultrapassa bastante a mera função de abrigo” (Bandeirinha, 2011: 75). Deste modo, tal como o estipulado no ponto 2 do artigo 65º da Constituição da República Portuguesa (1976), “incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social”.

No princípio de julho de 1974, o então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, arquiteto Nuno Portas (n. 1934), assinou um despacho intitulado Programa de Ações Prioritárias, posto a circular nos serviços dependentes da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, nomeadamente no Fundo de Fomento da Habitação (FFH). Mas depois de alguns contratempos, a 24 de julho, Nuno Teotónio Pereira (1922-2022) entregava no FFH um primeiro documento que definia clara e sucintamente, os objetivos, o âmbito de ação e a orgânica funcional do Serviço de Apoio Ambulatorial Local (SAAL). Em 24 de Outubro desse mesmo ano, José Augusto Fernandes, Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, apresenta um texto programático de política urbana, designado por Plano de Atividades e que viria a ser aprovado no dia seguinte em Conselho de Ministros. Apresentando algumas intenções básicas no âmbito da distribuição dos equipamentos, das redes de transportes e de infraestruturas e da descentralização técnica e administrativa.

A presente apresentação resulta da articulação do conhecimento proveniente de três projetos de investigação em curso, nomeadamente: 1) um centrado no estudo do SAAL; 2) um segundo centrado na relação da investigação com a prática profissional do arquiteto; 3) e por último, uma investigação dedicada à relação do estudo da forma urbana com o metabolismo urbano, respetivamente desenvolvidos por cada uma das autoras desta comunicação.

Propomos assim um novo olhar sobre as intervenções SAAL, colocando em análise três bairros, localizados em diferentes territórios nacionais: 1) Hestnes Ferreira - Bairro das Fonecas e Calçada, em Lisboa (outubro de 1974 início da operação – setembro de 1976 início da obra); 2) Matos Ferreira - Bairro da Lapa, no Porto (novembro 1974 início da operação – abril 1976 início da obra); 3) Costa Cabral - Bairro do Pego Longo, em Sintra (agosto 1975 início da operação – agosto 1977 início da obra).

Focamos a análise nos equipamentos sociais e recreativos desenvolvidos para cada um destes bairros, essenciais para a vivência e sustentabilidade socioeconómica dos moradores. E assim, permitindo-nos a uma avaliação socio-metabólica dos bairros em análise.



Passados quase 50 anos desde o início do desenvolvimento destes conjuntos habitacionais ao abrigo do programa SAAL, revela-se importante regressar a estes locais. Com o argumento de visitar métodos e processos de intervenção. Destacando os modos de habitar que eles representam, debatendo o reforço dos vínculos destas operações com a cidade, e não esquecendo a génese do processo democrático.

Palavras-chave: SAAL-Serviço Ambulatório de Apoio Local; Equipamentos sociais e recreativos; Morfologia Urbana; Sustentabilidade; Investigação em Arquitectura.

Page | 428

REFERÊNCIAS

“Constituição da República Portuguesa”: Diário da Assembleia Constituinte, nº. 132, 3-4-1976, data da sessão 2-4-1976, p. 4392.

Bandeirinha, J.A., (2011). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Portas, N., (2004). *A Habitação Social. Proposta para uma metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP Publicações.